



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE MIRA, REALIZADA NO DIA 28 DE
FEVEREIRO DE 2002: -----**

----- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dois, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Ex.mo. sr. Dr. Gabriel Ribeiro da Frada, secretariado pelos Ex.mos. Srs. Luis Filipe Cruz Barreto e Eng.º Tony de Jesus Ventura, respectivamente, primeiro e segundo secretários, com a presença dos deputados Exm.ºs. srs. Prof. Dr. Fernando de Jesus Regateiro, Eng.º Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Prof. Ramiro Távora Cruz Acena, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Narciso Patrão António, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Pedro Nunes, Ricardo Jorge da Mota Rocha Diniz, Paula Maria dos Santos, Prof. Luis Manuel de Jesus Lourenço, Prof.ª Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luis Miguel Domingues Mingatos, Dr. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Fernando Manuel dos Santos Alves, Dr. Manuel Rocha Marques Castelhana, Prof.ª Maria Arminda dos Santos Cosme Calisto Pimentel, João Luis dos Santos Marques de Pinho, António Aquiles Ribeiro Cainé, Carlos Alberto dos Santos Milheirão e Mário de Jesus Manata, não tendo comparecido o deputado sr. Dr. Luis Manuel Neves Rocha. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram catorze horas e trinta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e a ausência anteriormente referidas. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----

----- Foi presente um pedido de justificação de falta do deputado Dr. Luis Manuel Neves Rocha, à presente sessão ordinária do Órgão Deliberativo do Município, o qual foi aceite e justificada pela Mesa respectiva, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46º-A da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Foi, igualmente, presente um outro pedido de justificação da falta da deputada D. Maria Arminda dos Santos Cosme Calisto Pimentel, à 1ª. sessão da Assembleia Municipal, realizada em 02 de Janeiro do corrente ano, a qual, foi, do mesmo modo, justificada pela Mesa. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Ao iniciar os trabalhos da presente sessão, o sr. Presidente da Mesa informou que, face à Lei, esta nova Assembleia reger-se-ia pelo Regimento anterior, enquanto o mesmo não fosse reformulado. Informou também que, segundo comunicação que recebera da Associação Nacional de Municípios Portugueses, essa reformulação seria elaborada pela própria Associação, em consonância com a actual Lei, o que pouparia trabalho à Assembleia, tanto mais que se tratava de uma associação sobremaneira credível para executar um tal trabalho, dados os Juristas que tem ao seu serviço. Assim, colocou o assunto à consideração de todos, tendo-se verificado concordância, pelo que se deixou tal tarefa ao encargo da ANMP. -----

----- PEDIDO DE RENÚNCIA DO MANDATO DOS DEPUTADOS SRS. DR. JOSÉ ZACARIAS PIRES NABAIS E NOÉ MENDES DA CRUZ E TOMADA DE POSSE DOS RESPECTIVOS SUBSTITUTOS – TOMADA DE POSSE DA DEPUTADA MARIA ARMINDA DOS SANTOS COSME CALISTO PIMENTEL: -----

----- O sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento dos pedidos de renúncia apresentados pelos deputados srs. Dr. Zacarias Pires Nabais e Noé Mendes da Cruz, este último ainda não empossado no cargo, por ter faltado à tomada de posse realizada em 02 de Janeiro de 2002. O sr. Presidente da Mesa da Assembleia informou que tinham já sido convocados os substitutos dos renunciantes, designadamente a sr^a. deputada Paula Maria Santos e o sr. deputado João Luis dos Santos Marques de Pinho e, de imediato, passou-se à tomada de posse dos referidos deputados, os quais, perante o plenário, prestaram juramento legal. Foi, igualmente, empossada a deputada Maria Arminda dos Santos Cosme Calisto Pimentel, pela razão da mesma ter estado ausente na sessão de tomada de posse do Órgão Deliberativo, já atrás referida. -----

----- A preceder o período de “Antes da Ordem do Dia”, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia informou que, de acordo com o Regimento, o referido espaço da sessão não poderia ultrapassar o lapso de tempo de 1 hora. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Usou da palavra, em primeiro lugar, o deputado sr. Carlos Milheirão, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, para saudar a todos, em especial aqueles que, pela primeira vez, faziam parte do Órgão Deliberativo, dando-lhes as boas-vindas e desejando a todos as maiores felicidades. Seguidamente, solicitou um esclarecimento relativamente à deliberação camarária tomada pelo executivo anterior, pela qual foi atribuído à Junta de Freguesia em questão, um subsídio de cinco mil contos, dos quais já tinham sido disponibilizados dois mil. Disse que restavam, por isso, três mil contos e quis saber qual era a intenção do novo executivo; que, já tinha feito chegar à Câmara uma exposição, no sentido de chamar a atenção para o facto dessa verba ser imprescindível para fazer face a despesas ocasionadas com as intempéries do ano passado, quais sejam as cheias, remoção de areias e arvoredos, etc.-----

----- O deputado sr. Pedro Nunes interveio para, da mesma forma que fez o deputado sr. Carlos Milheirão, saudar a todos os eleitos, principalmente aos deputados que, pela 1ª. vez integravam a Assembleia Municipal de Mira. De seguida, disse que se congratulava, em nome da bancada do PSD pelos dois meses de gestão do novo executivo, nomeadamente pelas atitudes tomadas, não vindo para a praça pública com situações à cerca do passado, tendo uma postura correcta e serena. Quis, também, mostrar o seu regozijo pela auditoria que se encontrava a decorrer aos serviços da Câmara, bem como pela atitude do executivo de aguardar serenamente pelos respectivos resultados..-----

----- O sr. deputado Rocha Castelhana indagou da possibilidade das sessões da Assembleia poderem ser realizadas no período da noite ou aos fins de semana, porquanto havia prejuízo da vida profissional de cada um, apesar de poderem apresentar as necessárias justificações de falta nos respectivos serviços.-----

----- Dada a palavra ao sr. deputado Dr. José Balugas, este deu as boas-vindas a todos e, do mesmo passo, desejou votos de um bom desempenho ao sr. Presidente da Câmara, pois, disse estar certo de que se assim fosse, todos os Mirenses beneficiariam com isso. Disse, depois, que poderiam contar com a oposição, no sentido de fazer uma crítica construtiva e nunca no sentido de denegrir ou de dizer mal, porquanto é sua convicção de que um executivo só será bom se tiver uma oposição forte, que apresente soluções, que dê sugestões e que ajude a resolver os problemas.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Neste momento o sr. deputado Dr. Fernando Regateiro, fez uma interpelação à Mesa, no sentido de se fazer cumprir a lei de “não fumadores em espaço fechados”, o que, foi, de imediato, por todos acatado.

----- Na resposta às intervenções anteriores, usou da palavra o sr. Presidente da Câmara para, em primeiro lugar, agradecer, em especial, as palavras proferidas pelos senhores deputados Pedro Nunes e Dr. José Balugas. De seguida, respondendo à questão colocada pelo sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, disse que repetia ali o que tinha dito em privado, no seu gabinete, ao referido autarca, isto é, que existiam competências das Juntas e existiam competências da Câmara Municipal; que tinha havido protocolo assinado, ou revisão de protocolo e que, no momento, se estava a trabalhar com duodécimos e era impossível, nesta fase, cumprir os compromissos assumidos; que, o resultado da auditoria iria dar conhecimento da real situação financeira da Autarquia e que tinha já dito ao sr. Carlos Milheirão que, assim que houvesse cabimento orçamental, iriam ser cumpridos os protocolos assinados.--

----- No uso do direito de resposta, o sr. Carlos Milheirão, pediu desculpas, porquanto lhe tinha falhado um pormenor importante, designadamente, o facto do sr. Presidente da Câmara ter afirmado que, assim que houvesse dinheiro disponível, os protocolos com as Juntas de Freguesia, iriam ser satisfeitos. Disse que não lhe pareceu que o sr. Presidente tivesse feito essa afirmação mas que se congratulava por o afirmar agora em público, perante a Assembleia-----

----- Interveio o sr. deputado Pedro Nunes para se referir à proposta de funcionamento da Assembleia no período da noite, apresentada pelo sr. deputado Rocha Castelhana e disse que não lhe parecia muito viável, dada a experiência por si colhida em anteriores mandatos, tanto mais que, por vezes, os pontos da ordem de trabalhos eram tão longos que davam origem a que as sessões se prolongassem por horas tardias. Disse, também, que tinha conhecimento de que em concelhos vizinhos, como é o caso de Ílhavo, as sessões se realizavam à noite, mas que em vez de serem num único dia, se prolongavam por dois ou três. Para além disso, dado o número reduzido de reuniões ao longo de um ano, não via grande necessidade de se proceder dessa maneira, no entanto que sempre seria bom pôr o assunto à consideração de todos.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O sr. deputado Dr. Juan António também se manifestou relativamente à proposta do sr. deputado Rocha Castelhana, dizendo que o fim de semana se tornava um pouco pesado, dados os compromissos que algumas pessoas tinham, designadamente com afazeres profissionais. Por outro lado, disse, já lhe parecia viável que se realizasse, por exemplo, à sexta-feira, a uma hora conveniente, do tipo 7 ou 8 horas da noite. -----

----- O sr. deputado Dr. José Balugas corroborou as palavras do sr. deputado Pedro Nunes, porquanto não concordava com reuniões à noite, uma vez que se tornava muito cansativo no final de um dia de trabalho. Para além disso, acrescentou que todas as pessoas ao aceitarem candidatar-se à Assembleia Municipal sabiam que corriam o risco de serem convocadas a qualquer hora e em qualquer dia. -----

----- O sr. Narciso deu a sua opinião, dizendo que, no seu caso pessoal, era mais fácil se as sessões fossem marcadas para os Sábados, uma vez que é comerciante e nesse dia tem a loja fechada. No tocante às pessoas que são funcionários públicos, disse que sempre podiam apresentar justificação de falta nos respectivos Serviços. -----

----- O Dr. Fernando Regateiro aventou a possibilidade de, numa próxima sessão, se poder fazer um ensaio, à noite, entre as 8h e a meia-noite. Disse que, para além da meia-noite não seria aconselhável, a menos que houvessem assuntos que assim o justificassem, mas que no horário que referiu, isto é, um período de 4 horas de trabalho, bem aproveitadas, sem exageros de intervenções, arrastando os assuntos de uma forma inconsequente, poder-se-ia fazer um bom trabalho e resolver muitos aspectos. Por outro lado, disse, beneficiar-se-ia os que trabalham por conta própria e também os funcionários públicos, pese embora o facto destes estarem isentos de qualquer consequência. Disse que a maioria dos deputados residiam no concelho de Mira e, como tal, uma deslocação para casa entre a meia-noite e a meia-noite e meia não seria difícil, tanto mais que, certamente todos algumas vez já o tinham feito e, quiçá, por razões mais fúteis. Deixou à consideração a sua posição para ser encarada como uma possibilidade séria e não, simplesmente, para o debate académico. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O sr. Presidente da Mesa da Assembleia adiantou a possibilidade de, futuramente, se fazerem as sessões no período nocturno, sempre que a respectiva agenda não seja demasiado sobrecarregada. Caso contrário, sugeriu que fossem feitas no horário diurno.-----

----- Falou, de seguida, o sr. deputado Engº. Virgílio Cravo Roxo, para fazer um esclarecimento no tocante ao assunto já referido pelo sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, designadamente, as despesas provocadas pelas intempéries naquela freguesia e disse que o Governo tinha criado uma linha de crédito para custear tais despesas; que a Câmara Municipal de Mira se tinha candidatado com um projecto que foi considerado dos melhores a nível da Comissão de Coordenação da Região Centro, tendo a mesma candidatura merecido aprovação, portanto não considerava lógica a razão invocada pelo sr. deputado Carlos Milheirão, porquanto se a candidatura tinha sido aprovada e os dinheiros não tinham chegado à Junta de Freguesia da Praia de Mira não seria, certamente, por culpa do actual Executivo .-----

----- O sr. deputado Carlos Milheirão quis clarificar o que fora proferido anteriormente, dizendo que ao falar nas intempéries se estava a referir concretamente às cheias e quedas de árvores, as quais foram por si removidas, com a ajuda técnicos da Câmara Municipal e também da GNR e grande parte desses trabalhos, que acarretaram grandes custos, foram feitos na circunstância. Outra situação que originou bastante despesa, disse, prendia-se com a remoção de areias na Avenida principal da Praia de Mira, em que era necessário o recurso a máquinas privadas, cujo preço por hora era bastante avultado, uma vez que nem sempre a maquinaria da Câmara estava disponível para o efeito; que, só na zona da lota, tinha sido necessário intervir com máquinas para devolver ao areal uma quantidade considerável de areia, com cerca de 1,5 metros de altura; que, entendia que trabalhos como estes não deviam ser englobados nas despesas com intempéries, mas o que é certo, disse, é que alguém tinha que assumir essas despesas, típicas da Praia de Mira. -----

----- O sr. Dr. Fernando Regateiro solicitou à Mesa, ainda no âmbito do funcionamento da Assembleia, que a convocatória fosse distribuída com 15 dias de antecedência, embora a lei preveja um prazo inferior, pois tornaria mais fácil o planeamento dos membros da Assembleia; que, não queria dizer que, por questões de impossibilidade ou de urgência da própria Câmara Municipal, esse prazo não pudesse ser



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

abreviado mas gostaria que, por princípio, fosse respeitado o prazo pretendido. Na resposta, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia disse que, sempre que fosse possível, seria satisfeita a pretensão apresentada pelo sr. Dr. Fernando Regateiro.-----

----- De novo, interveio o deputado sr. Carlos Milheirão para solicitar um esclarecimento, no tocante à afirmação do sr. Presidente da Câmara de que “as competências das Juntas são para serem exercidas pelas Juntas e as competências da Câmara, são para serem exercidas pela Câmara”: disse que a Praia de Mira, na época balnear, necessitava de muitas pessoas para trabalhar, na limpeza de parques, ruas, casas de banho públicas, limpeza do areal, etc.; que, esses trabalhos só eram possíveis com o apoio da Câmara Municipal e que já desde o tempo do Presidente Rocha de Almeida que eram celebrados protocolos nesse sentido. Neste momento, disse, estava preocupado com a referida afirmação do sr. Presidente e perguntou como é que espera resolver o problema.-----

----- Respondendo directamente ao sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, o sr. Presidente da Câmara disse que, desde logo, agradecia o facto de terem sido levados a cabo pela referida Autarquia, certos trabalhos que eram da competência da Câmara Municipal; que o Executivo apenas tinha dois meses de vigência e que todos os apoios dados, tinham sido uniformemente distribuídos por todas as Juntas do concelho; que a Lei conferia competências ao Executivo e que não iriam abdicar delas; que, não gostaria de ver as competências da Câmara ultrapassadas por qualquer Junta, quer ela fosse do Seixo, da Praia, de Carapelhos ou mesmo de Mira; que, estava atento às necessidades da Praia de Mira e, sobretudo, empenhado no sentido de que a próxima época balnear comece em pleno, com todas as condições de higiene e segurança; que, não lhe fosse pedido que a Câmara Municipal delegasse nas Juntas determinadas competências que, depois, viesse a entender que deveriam ser exercidas pela própria Câmara.-----

----- O sr. deputado Dr. José Balugas interveio para dizer que uma das primeiras tomadas de posição do novo Executivo, tinha sido a retirada da queixa apresentada pelo anterior executivo contra o, então deputado, agora vereador, Prof. Luis Balseiro. Disse que considerava essa atitude algo precipitada e perguntou se não seria agora uma boa oportunidade do sr. Presidente e do sr. Vereador provarem que as



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

afirmações que levaram à apresentação da queixa estavam correctas e que o sr. Prof. Luis Balseiro tinha razão. -----

----- Seguiu-se a intervenção do sr. deputado Dr. Juan António para sugerir que fosse usada a mesma metodologia usada na legislatura anterior, isto é, três intervenções, seguidas da resposta do sr. Presidente da Câmara. Registou, depois, com agrado, a intervenção do sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, porquanto na anterior Assembleia poucas vezes tinha dado pela sua presença e agora apresentava-se a defender a “dama” dele que, por sinal, era também a sua. Por fim, disse que era também com grande satisfação que registava a preocupação manifestada pelo autarca em apreço, no sentido de velar, de uma forma atempada, pelos interesses da Praia de Mira. -----

----- Relativamente à intervenção do deputado sr. Dr. José Balugas, o sr. Presidente da Câmara esclareceu que a tomada de posição do actual Executivo sobre o processo judicial contra o Prof. Luis Balseiro, não tinha sido tão precipitada como poderia, à primeira vista, parecer. Informou que antes de ser tomada tal posição, foi ouvido o Advogado do Município, Dr. Licínio Palhavã, porquanto entendiam como eticamente incorrecto, sendo a pessoa visada, um actual vereador, que existisse um processo judicial contra um elemento da Câmara e que tinha sido o próprio Advogado a aventar essa saída, no sentido de ser retirada a queixa e, posteriormente, a título pessoal, poderia ser intentada nova queixa contra o Vereador Prof. Luis Balseiro. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto n.º 1: “APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA E SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA”:**-----

----- O sr. Presidente da Câmara escusou-se de apresentar relatório das actividades desenvolvidas pelo Executivo, nos meses de Janeiro e Fevereiro, pela razão de ter sido distribuído, por todos os elementos da Assembleia, relatório escrito dessas mesmas actividades. Reportou-se, depois ao resumo diário de Tesouraria do dia 27 de Fevereiro de 2002, para referir que consta em “Operações Orçamentais”, a verba de 449.946,02 euros. Disse que esta não era a situação financeira real da Autarquia, mas sim o existente na Tesouraria e que a situação real seria tornada pública, após o resultado final da auditoria. Disse, ainda



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que, pela mesma razão, não tem tomado posições públicas acerca do verdadeiro estado financeiro da Autarquia, o que fará, após o resultado da auditoria. -----

----- O sr. deputado Dr. Juan António solicitou que, de futuro, também os relatórios das actividades levadas a cabo pela Câmara, fossem distribuídos atempadamente, para deles poderem fazer uma apreciação ponderada. Mais solicitou que a apreciação da situação financeira da Autarquia não se limitasse, tão somente, à indicação do saldo em “cash”, mas antes, deveria ser acompanhado de um relatório discriminativo da situação, para melhor apreciação de todos e, se possível, remetido atempadamente a não apenas na hora da reunião. -----

----- O sr. deputado Pedro Nunes, interveio para concordar com o sr. deputado Dr. Juan António, no sentido de que os relatórios das actividades da Câmara Municipal fossem enviados aos deputados atempadamente, se não pudesse ser junto com a convocatória, pelo menos que fossem enviados com 2 ou 3 dias de antecedência, em relação ao dia da reunião, para melhor os poderem apreciar. Concretamente, no tocante ao relatório da Divisão de Acção Social, Cultural e Desportiva, disse que se congratulava pela atitude tomada pela Câmara e designadamente pela sr^a. Vereadora Prof^a. Maria de Lurdes Mesquita, responsável pelo pelouro do associativismo, porquanto no passado tinha existido um tratamento muito diferenciado em relação às associações. Disse que era dirigente associativo e sentiu isso directamente, uma vez que tinha sido celebrado um protocolo que não tinha sido cumprido, muito provavelmente por ser quem era e, ao mesmo tempo, dirigente dessa mesma associação. Disse, ainda, que registava com agrado, o facto de ter havido reunião com a referida senhora vereadora, acerca das associações e colectividades, e pelo levantamento que tinha sido feito por parte dos serviços responsáveis, por forma a que houvesse informação sobre as colectividades, o que elas são e o trabalho que desempenham; que, no passado as análises e a atribuição dos subsídios eram feitas à priori e não devia ser assim, pelo contrário, deviam ser remetidos os planos de actividade e a responsável devia deles tomar conhecimento e analisá-los com cuidado. -----

----- De novo, usou da palavra o deputado sr. Dr. Juan António para agradecer o facto de ter sido distribuído por todos uma cópia do resumo diário de Tesouraria, o que não era prática corrente. Todavia,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

solicitou que, futuramente, o mesmo fosse acompanhado de nota explicativa contendo, designadamente, a situação real da Câmara perante os fornecedores e também perante a banca, no tocante a endividamento, uma vez que o referido documento apenas continha os saldos bancários. No que se refere ao relatório da Divisão de Acção Social, Cultural e Desportiva, quis saber, no concernente ao processo de habitação social da Videira Norte, qual o ponto da situação.-----

----- Autorizada a intervir, a sr^a. Vereadora Prof^ª. Lurdes Mesquita, informou que a fase de candidatura à habitação social da Videira Norte, tinha terminado no final do mês de Janeiro último. -----

----- **Ponto nº. 2: “DESIGNAÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JUNTO DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, DE MIRA, NOS TERMOS DO ART.º. 17.º., ALÍNEA L) DO D.L. Nº. 147/99, DE 01 DE SETEMBRO:--**

----- Pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi explicada a necessidade de serem indicadas duas pessoas para substituírem a Prof^ª. Elzita Seixas e Prof^ª. Maria Arminda Pimentel, dada a indisponibilidade manifestada pelas mesmas para permanecerem na referida comissão, tendo mesmo a Prof^ª. Maria Elzita solicitado a sua demissão. Informou que os restantes elementos, Prof. João Mingatos e Prof^ª. Maria Adelaide Camarinha, se mantinham disponíveis para continuarem a fazer parte da mesma Comissão. Pela bancada do PS foi indicado o sr. deputado Ramiro Acena e pela bancada do PSD foi indicada a sr^a. Dr^a: Ana Cristina Carvalho Jorge. Tendo havido consentimento de todos, foram os referidos indivíduos indigitados, por unanimidade, para representarem a Assembleia Municipal, integrando a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, de Mira.-----

----- Seguidamente, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento de um ofício proveniente do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, de Cantanhede, solicitando a confirmação da Prof^ª. Maria Elzita Seixas como representante da Assembleia Municipal de Mira no Conselho Geral do referido hospital ou a designação de um novo representante. Disse que este assunto não constava na ordem de trabalhos da reunião, no entanto, solicitou que fosse integrado e fosse indicado o representante, para satisfação do pretendido pelo hospital. A Prof^ª. Elzita esclareceu que se tratava apenas de um órgão consultivo, para o qual tinha sido chamada apenas por duas vezes, tendo estado presente, na qualidade de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

representante dos utentes do concelho de Mira, naquele hospital. Por último, mostrou-se disponível para continuar a exercer as mesmas funções.-----

----- O sr. deputado Pedro Nunes disse que o assunto não tinha sido abordado e solicitou algum tempo para poderem ponderar e indicar uma pessoa. O sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarou que iria seguir-se um intervalo, após o que, seria indigitado um elemento. O referido intervalo ocorreu, de facto, quando eram cerca de 16.00 horas. -----

----- Retomados os trabalhos, cerca das 16,20 horas, verificou-se a ausência das deputadas sr^{as}. D. Maria Arminda e Paula Maria Santos. Dada a palavra à bancada do PSD, foi indicado o sr. deputado Pedro Nunes. Pela bancada do PS, na pessoa do sr. Dr. Fernando Regateiro, foi retirado o nome da deputada Prof^a. Maria Elzita Seixas. Seguiu-se a votação, mediante escrutínio secreto, tendo-se apurado, a final, a indicação do deputado sr. Pedro Nunes, com 14 votos a favor, 7 votos em branco e 1 voto contra. Esta conferência de votos foi efectuada pelo sr. deputado Dr. José Balugas, em conjunto com a Mesa da Assembleia-----

----- O sr. deputado Dr. Fernando Regateiro, tomou a palavra para dizer que, com o sr. deputado Pedro Nunes, a Assembleia continuaria bem representada; que, tais missões eram única e simplesmente missões de serviço, que não se coadunavam com uma visão politizada e partidarizada da sua ocupação; que, aquilo a que assistiu, foi a essa visão politizada e partidarizada, no mau sentido; que, esperava, que tal postura não viesse a retratar o que a Assembleia iria ser no futuro, de perseguir um alinhamento monocromático; que, na verdade, o que ali estava em causa era, apenas, o prosseguimento de uma cidadã de Mira no Conselho Geral de um hospital, não tendo qualquer significado político nem partidário e, apelidou de “visão tacanha” daquilo que é a representação do concelho de Mira; que, queria deixar isso mesmo registado e apelou para que não mais acontecesse e todos se libertassem de tal forma de ver, designadamente, que todos saíssem de tal segmentação e separação daquela forma manifestada. -----

----- O 2º. secretário da Mesa, Engº. Tony Ventura disse que discordava o Dr. Fernando Regateiro na medida em que o que estava em causa era propor uma pessoa para um determinado serviço e a bancada



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

do PSD tinha achado por bem dar a oportunidade a uma pessoa que estivesse por dentro daquilo que se ia tratar, uma pessoa ligada à saúde e não achava que isso tivesse sido uma politização da situação.-----

----- O deputado sr. Fernando Alves quis saber qual o motivo por que a Profª. Maria Elzita se tinha demitido de um cargo e não de outro, tendo a visada respondido que tinha solicitado a sua demissão do cargo de presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, de Mira, por entender que não reunia já as condições necessárias para o efeito, designadamente por estar a representar uma Assembleia, entretanto, dissolvida. No tocante à designação para representante no conselho geral do Hospital Arcebispo Crisóstomo, disse que tinha sido apanhada de surpresa e, depois de ter reunido com os seus colegas de bancada, tinha como propósito de não aceitar o cargo, mesmo que o PSD a indicasse. ----

----- **Ponto nº. 3 : “ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAREM A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE COIMBRA E DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA, PARA O MESMO ÓRGÃO”**-----

----- Depois de ouvida a Assembleia, foi indicado o Dr. Luis Manuel Neves Rocha, para representante das Juntas de Freguesia e o 1º. secretário da Mesa, para representante da Assembleia Municipal, em substituição do respectivo Presidente. Tendo-se recorrido à votação, mediante escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado: 1 voto contra; 14 votos a favor, 5 votos em branco e 2 votos nulos.-----

----- **Ponto nº. 4: “ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MIRA À “AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA O SISTEMA DA INFORMAÇÃO DA REGIÃO CENTRO” E APROVAÇÃO DOS RESPECTIVOS ESTATUTOS”**.-----

----- Pelo sr. Dr. Fernando Regateiro, em representação do grupo parlamentar do PS, foi dado o assentimento à adesão do Município à referida agência, do mesmo passo que, por parte do PSD, na pessoa do sr. Engº. Virgílio Cravo Roxo foi dito que estavam de acordo com os respectivos objectivos, os quais eram reveladores de que o que era pretendido era o desenvolvimento da região e, nomeadamente, do concelho de Mira, como tal, por parte do PSD, iriam pugnar pelo cumprimento desses mesmos objectivos.

Assim, o ponto nº. 4 “Adesão do Município de Mira à “Agencia de Desenvolvimento Regional para o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Sistema de Informação da Região Centro” a aprovação dos respectivos estatutos”, foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- **Ponto nº. 5 “ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE OS SEGUINTE REGULAMENTOS: “REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE RECINTOS DE ESPECTÁCULOS E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS”; “REGULAMENTO MUNICIPAL DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS PELA EXPLORAÇÃO DE INERTES NA ÀREA DO CONCELHO DE MIRA; “REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO”; “REGULAMENTO MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA NO CONCELHO DE MIRA” E “REGULAMENTO MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA”**-----

----- Ao apresentar este ponto da ordem de trabalhos, o sr. Presidente da Mesa fez uma chamada de atenção para o facto de, dali para diante, todos os pontos conterem o termo “deliberação”, devendo a mesma ser considerada como “tomado conhecimento”, porquanto não competia à Assembleia Municipal deliberar sobre os assuntos em questão mas, tão só, dar a possibilidade dos mesmos poderem prosseguir os trâmites legais. Pelo sr. Presidente da Câmara, foi explicado que os documentos em causa tinham como seguimento imediato a discussão pública, embora pudessem ser apreciados pela Assembleia Municipal. Também o Chefe da D.A.F. explicou que o que tinha sido apresentado pela Câmara Municipal era um ante-projecto do regulamento final; que, a Assembleia tomava conhecimento das linhas gerais que o enformam e que esse projecto iria a discussão pública e regressaria à Assembleia Municipal, com as eventuais alterações apresentadas pelo público em geral; que, de seguida, iria para publicação em “Diário da República”, para iniciação da discussão pública e que, a Assembleia poderia, desde logo, apresentar as alterações que achasse convenientes. -----

----- O deputado sr. Pedro Nunes disse que era prática corrente que os regulamentos chegassem à Assembleia Municipal para serem aprovados e, de imediato, entrarem em funcionamento, com as eventuais alterações sugeridas pela Assembleia; que, naquele momento, não fazia grande sentido estar-se



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

a discutir regulamentos que ainda teriam de ir a discussão pública e que melhor fora que voltassem mais tarde para serem aprovados pelo Órgão Deliberativo.-----

----- O deputado sr. Dr. José Balugas debruçou-se, em particular, sobre o Regulamento de Ocupação da Via Pública, porquanto, como residente na Praia de Mira, disse sentir demasiado os inconvenientes dessa ocupação; que, havia a ocupação legal, designadamente, o caso das esplanadas dos cafés, que até embelezavam os locais, mas havia outras ocupações abusivas de passeios públicos que obrigavam os transeuntes a passar pela estrada, sujeitando-se a serem atropelados, etc.; que, existiam passeios na Praia de Mira, totalmente ocupados com artigos de comércio e que seria bom que houvesse fiscalização aturada no sentido de, na próxima época balnear, ser mudada a situação.-----

----- Interveio o deputado sr. Dr. Juan António para dizer que o que ali se estava a passar era uma pura perda de tempo, já que os regulamentos não poderiam, naquela fase, ser aprovados pela Assembleia, uma vez que faltava a discussão pública, o que foi corroborado pelo sr. deputado Dr. Fernando Regateiro que disse que, tal como afirmara já anteriormente, o ponto cinco, deveria ser aprovado “por atacado”, no sentido de ser possível prosseguir-se os trâmites legais normais.-----

----- O sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o ponto cinco da ordem de trabalhos, no sentido da Assembleia Municipal aceitar os regulamentos em questão, deles tomar conhecimento e autorizar que prosseguissem o normal procedimento, designadamente a discussão pública, tendo-se verificado a **unanimidade** de todos os elementos presentes.-----

----- **Ponto n.º 6: “ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL”:**-----

----- O deputado sr. Dr. Fernando Regateiro interveio para dizer que o anterior PDM tinha uma previsão de 10 anos e que se estava a aproximar desse termo e, para bem do concelho e para um planeamento atempado daquilo que se devia fazer e das alterações que se queriam ver incluídas, se tornava judicioso que se começasse a trabalhar nesse sentido.-----

----- O segundo secretário da Mesa, Eng.º Tony Ventura, corroborou as palavras do sr. Dr. Regateiro, dizendo que a maior parte das Câmaras já tinha feito a revisão dos seus Planos Directores e que a Câmara



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Municipal de Mira, apenas com dois meses de gerência, estava já a preparar essa revisão. O sr. Dr. Fernando Regateiro, retorquiu dizendo que queria deixar bem claro que não estava, de modo nenhum, a censurar a Câmara anterior, o que queria dizer era que aquele PDM tinha oito anos e estava em plena vigência e que, quando disse que era judicioso começar a pensar na sua revisão, quis dizer que havia ainda mais dois anos de vigência em relação ao inicialmente previsto. -----

----- O deputado sr. Pedro Nunes registou com agrado a celeridade com que o novo Executivo tinha tratado do assunto, a qual era reveladora de uma enorme vontade em resolver as situações. -----

----- o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia fez uma chamada de atenção, no sentido de que uma coisa era a necessidade de revisão do Plano e outra era a existência de duas premências que justificavam as alterações propostas e vinham na mesma linha, sendo uma delas a instalação da Zona Industrial do Montalvo e a outra o campo de Golfe. -----

----- Interveio o sr. deputado Dr. José Balugas, para fazer um reparo no sentido de que não estava a verificar-se uma certa ordem nas intervenções, do mesmo passo que se chegava, por vezes, a um diálogo cruzado, sem orientação, o que não era benéfico para o andamento dos trabalhos, tendo o reparo sido aceite pelo sr. Presidente da Mesa que disse que iria dar mais algum tempo para que os interessados se inscrevessem e pedissem a palavra. -----

----- O sr. deputado Dr. Fernando Regateiro, também interveio para dizer que apenas se tratava de ser racional, porquanto se estava a tratar de assuntos que já tinham sido estudados em casa e ainda iam para discussão pública e voltariam, de novo, à Assembleia, para serem discutidos e nessa altura teriam oportunidade de os trabalhar. Naquela fase, disse, achava que é uma pura perda de tempo. -----

----- Posto à votação o ponto n.º 6 da ordem de trabalhos, foi o mesmo **aprovado por unanimidade** -----

----- **Ponto n.º 7: “ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE MIRA – PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO MONTALVO” e ponto n.º 8: “ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A ALTERAÇÃO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE MIRA – GOLFE”:**-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Solicitou autorização para intervir, o deputado sr. Dr. Fernando Regateiro que disse que, relativamente ao Plano de Pormenor da Zona Industrial do Montalvo, existia uma outra questão, que se prendia com as hipóteses do trajecto da auto-estrada, de entre 3 possíveis e que ainda não estava definitivamente seleccionado e, por isso, fazer agora um estudo de pormenor para aquela zona, poderia chocar com a opção que vier a ser feita para o trajecto daquela via; por outro lado, disse, estando a auto-estrada prevista para entrar em funcionamento em 2004 e sendo certo que um estudo de pormenor não se fazia antes de decorrido um ano, o ganho que se iria ter, seria pequeno e portanto era um investimento que não seria vantajoso, no momento e seria provavelmente melhor que o Executivo se articulasse com os órgãos competentes que cuidam do planeamento do trajecto definitivo da auto-estrada e saber exactamente qual será o escolhido e, posteriormente, far-se-ia um estudo de pormenor para a zona do Montalvo. Finalizou, dizendo que esta seria a posição que lhes parecia mais consentânea com uma economia de esforço e também financeira .-----

----- O sr. Presidente da Câmara disse que não concordava com o que o sr. deputado Dr. Regateiro tinha dito, uma vez que, embora existissem, à partida, três traçados possíveis, a alteração proposta ao PDM para a Zona do Montalvo, tinha resultado do que tinha sido indicado em reunião da Comissão de Coordenação da Região Centro para, no mais curto espaço tempo possível, ser ultrapassado o problema; que, além do mais, era o traçado da auto-estrada que tinha que se adaptar à zona industrial do Montalvo e não o contrário e que, dos três traçados indicados apenas um deles não interessava a Mira, já que os restantes não colidiam com a referida zona. -----

----- Perante esta informação dada pelo sr. Presidente da Câmara, o deputado Dr. Fernando Regateiro disse que, em termos pessoais, a sua argumentação tinha perdido validade, sem prejuízo de, contudo, a bancada do PS poder ter a opinião que julgasse mais adequada. -----

----- Usou da palavra a deputada Dr^a. Ana Maria Baião para tentar esclarecer que o que ali se estava a passar, no tocante à metodologia usada por quem conduzia a reunião, era, tão somente, uma organização diferente daquela que era usada na anterior Assembleia. Disse que, no mandato anterior, à entrada de cada ponto da ordem de trabalhos, ninguém tomava a palavra, a não ser o Presidente da Câmara que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

apresentava o assunto e dava todas as informações sobre o mesmo; que, só depois do Presidente ter exposto o assunto é que as pessoas se inscreviam para poderem intervir; que, após três intervenções, eram dadas pelo sr. Presidente as necessárias explicações, no sentido de dar resposta às questões colocadas e que, pessoalmente, achava a metodologia anterior mais benéfica do que aquela agora adoptada. -----

----- O deputado sr. Pedro Nunes disse que, indo um pouco de encontro ao que a deputada Dr^a Ana Maria Baião tinha afirmado, achava que não se poderia ir mais depressa do que o próprio passo e que devia haver mais explanação dos assuntos e mais calma na análise de ponto a ponto e até, talvez, a presença dos técnicos que trabalharam na proposta apresentada que melhor podiam explicar em pormenor as alterações propostas para o PDM.-----

----- O sr. deputado Eng^o. Carlos Monteiro informou que estava perfeitamente por dentro do assunto em questão, uma vez que tinha feito parte da equipa de acompanhamento do PDM, o mesmo já não se verificando com a maioria das pessoas presentes e, como tal, seria bom um esclarecimento mais aprofundado por parte do sr. Presidente da Câmara, para que o assunto pudesse ser discutido por todos.---

----- Novamente, usou da palavra o deputado sr. Dr. José Balugas para esclarecer que, na sua intervenção anterior, não tinha querido chegar ao ponto de dizer como o sr. Presidente da Mesa deveria conduzir a reunião. No entanto, com a experiência que detém de 3 mandatos como membro da Assembleia, sempre dizia que os assuntos estavam a ser tratados com alguma ligeireza e encontrava-se um pouco perdido. Que, as pessoas falavam em diálogo cruzado e sentia alguma dificuldade em acompanhar os trabalhos e que melhor seria que as coisas não fossem feitas à pressa, evitando-se que fossem cometidos erros, dos quais se poderiam vir a arrepender, no futuro. -----

----- O Dr. Fernando Regateiro disse que não via necessidade de que os assuntos fossem previamente explicados pelo sr. Presidente da Câmara, uma vez que os documentos tinham sido entregues atempadamente e todos deveriam ter tido o trabalho de os ler para melhor se inteirarem das situações; que, não se justificava que se perdesse demasiado tempo; que, aquela era apenas a 1^a. sessão e que os debates iriam, concerteza, surgir mais tarde; que, teve a sensação de que era a sua pessoa que estava a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tentar precipitar debates de que se poderiam arrepender e que presumia que, das sensibilidades recolhidas, elas tinham sido feitas em função de um estudo e de uma leitura séria. -----

----- Usando do direito de resposta, o deputado sr. Eng^o. Carlos Monteiro clarificou que o que pretendia dizer quando sugeriu uma explicação prévia dos assuntos, por parte do sr. Presidente da Câmara, não era propriamente que lhe fosse lido o que estava nos documentos., mas sim que fossem dadas informações adicionais, como tinha sido o caso do sr. Presidente ter informado sobre reunião na CCR, a qual não consta indicada na documentação. -----

----- O sr. Presidente da Mesa da Assembleia interveio para dizer que, relativamente à metodologia usada, não lhe interessava nada a metodologia anteriormente adoptada, porquanto não tinha que seguir qualquer padrão que lhe fosse incutido, de condução de reuniões; que se preocupou em fazer chegar a todos, com a antecedência necessária, toda a documentação relativa aos assuntos em debate; que, anteriormente, as coisas eram feitas de modo diferente porque, provavelmente, só o sr. Presidente do Executivo detinha toda a informação actualizada; que, não tinha trazido à discussão nenhum ponto do qual não tivesse sido fornecida a devida documentação, à excepção da indigitação de representante no Hospital Arcebispo João Crisóstomo; que, mesmo esse assunto, o integrou na reunião dado tratar-se de uma informação solicitada e apenas a indicação de uma pessoa e não via necessidade de adiar o assunto para reunião posterior; que, metodologicamente, achava desnecessário que o sr. Presidente da Câmara ou mesmo algum dos Vereadores estivessem a repetir a informação, porquanto não havia nada a acrescentar.

----- O deputado sr. Dr. José Balugas reafirmou que o sr. Presidente da Mesa devia seguir a sua própria metodologia, no entanto, parecia-lhe que o método que estava a ser seguido não levava a lado nenhum. Por outro lado, disse, não achava de bom tom a afirmação relativamente ao facto do Presidente do anterior Executivo não facultar toda a informação; que, não só sempre facultou toda a informação como também explanava previamente os pontos. -----

----- O sr. Presidente da Câmara corroborou as palavras do sr. Dr. Fernando Regateiro, porquanto não havia necessidade de mais explicações uma vez que os documentos remetidos a todos os membros



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

continham exactamente todas as razões que levavam à alteração do PDM e que o que era proposto advinha da própria lei. -----

----- O Dr. Fernando Regateiro reforçou que não era de bom tom o sr. Presidente referir-se ao anterior Executivo nos termos em que o fez, na medida em que se estava ainda à procura do método e do estilo e, como se tratava da 1ª. sessão, era perfeitamente aceitável que isso acontecesse; que, não registava esse estilo porque esperava e conhecia o sr. Presidente o suficiente para saber que, na procura de estilo, iria adoptar o estilo que não mais trouxesse para aquele fórum o tipo de debate polémico entre actuações de pessoas que, ainda por cima, não pertenciam àquele órgão e, como tal, solicitou alguma contenção nesse aspecto. -----

----- Interveio o sr. deputado Pedro Nunes para dizer que, durante 8 anos, representou o partido da oposição na Assembleia Municipal e que, durante esse período, realizaram-se cerca de 40 sessões, nas quais se verificou a ausência do então Presidente em, pelo menos, cerca de 30 vezes, o que, para si, dizia tudo. -----

----- De seguida, passou-se à discussão do assunto referente à alteração ao Plano Director Municipal de Mira – Golfe, tendo o sr. Presidente da Câmara informado que se tratava de mais um mero procedimento legal, dispensando-se de fazer mais qualquer explicação, uma vez que todos tinham conhecimento do que se passava. -----

----- O sr. deputado Carlos Milheirão usou da palavra para dizer que, após o intervalo, em apenas 15 ou 20 minutos, tinham sido já passados cinco pontos da ordem de trabalhos e quis saber se tinham ido ali para discutir, analisar, para deliberar ou para fazer o quê e que o que mais ali se tinha feito era discutir o Regimento da Assembleia e o seu funcionamento, tudo lhe parecendo uma grande irresponsabilidade. ----

----- O deputado sr. Dr. Juan António interveio para afirmar que a análise dos pontos em questão estava ainda sujeita a uma nova apresentação dos mesmos numa futura sessão, em que, aí sim, estaria subjacente a discussão, bem como uma tomada de posição e que, no momento, se tratava, apenas, de um procedimento meramente administrativo. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Não se tendo registado mais intervenções, foram postos à votação, em conjunto, os pontos números 7 “Análise, discussão e deliberação da alteração ao Plano Director Municipal de Mira – Plano de Pormenor da Zona Industrial do Montalvo” e 8 “Análise, discussão e deliberação sobre a alteração ao plano Director Municipal de Mira – Golfe”, tendo-se obtido o seguinte resultado: votos contra: zero; votos a favor: vinte; abstenções: 2, estas dos deputados senhores Carlos Milheirão e Dr. José Balugas. O sr. deputado Carlos Milheirão fez uma declaração de voto, tendo dito que se absteria pela celeridade e rapidez com que tudo fora decidido, sem a necessária discussão, tendo o sr. deputado Dr. José Balugas declarado que se absteria, igualmente, pela mesma razão. O deputado sr. Narciso Patrão usou da palavra para justificar que votara favoravelmente na medida exacta em que se tratava apenas de alterar a localização dos terrenos do Golfe, do mesmo passo que, no tocante ao Montalvo, tinha sido dada a informação de que não iria ser afectada a mudança que estava a ser apresentada.-----

----- Ponto nº. 9: “ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DA ALTERAÇÃO À ESTRUTURA E ORGANOGRAMA DA CAMARA MUNICIPAL DE MIRA”:-----

----- Dada a palavra ao sr. Presidente da Câmara, este informou que se tratava de uma reestruturação do quadro de pessoal da Câmara; que, era apenas uma proposta, uma vez que estava a decorrer uma auditoria que irá fazer análise estruturo-funcional dos serviços e que a explicação daquilo que se pretendia, constava dos elementos remetidos a todos os deputados. Mesmo assim, disse, se fosse pretendida alguma explicação adicional, estaria à disposição de todos para tirar as eventuais dúvidas.-----

----- Usou da palavra a deputada Profª. Elzita Seixas que disse que quando lhe chegaram às mãos os documentos referentes ao ponto em análise, tinha tido o cuidado de os comparar com os já existentes, porquanto na anterior Assembleia tinha já sido aprovado o organograma da Câmara e perante a análise dos dois documentos e comparando-os, constatou o seguinte: as notas explicativas a que o sr. Presidente da Câmara se tinha referido, não a deixaram esclarecida e, muito menos, convencida, quanto aos motivos que levaram à reestruturação proposta. Assim, disse: no ponto 1 fala em eliminar secções, quando afinal foram incluídas noutras já existentes, como é o caso da Secção de Expediente Geral e Arquivo que foi incluída na Secção de Taxas e Licenças; o caso da Secção de Património, incluída no sector da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Contabilidade e Aprovisionamento; é o caso do sector de Obras Particulares, incluído no sector de Licenciamento de Obras Particulares e Loteamentos. Por conseguinte, eliminados, de facto, foram o Núcleo de Apoio aos Órgãos da Autarquia e o Sector de Apoio Administrativo, dependente da Divisão da Acção Social, Cultura e Desporto. No ponto 3 fala-se em criar, designadamente o Gabinete do Investidor e a Secção de Águas e Saneamento. Quanto à Secção de Acção Social Escolar, Saúde e Desenvolvimento Local, essa já existia. Concluindo, em jeito de balanço, disse que foram eliminados dois sectores e criados outros dois, o que vai dar ao mesmo. No tocante à criação de lugares e quando se fala de “excesso de funcionários, redução de despesas com pessoal, na rentabilidade dos recursos humanos existentes”, questionou se fará sentido ou será oportuno haver um aumento de encargos. No final, perguntou: “em nome do rigor e da transparência, quais as vantagens desta reestruturação e em que medida é que esta alteração servirá para melhorar a funcionalidade dos serviços municipais?” -----

----- O deputado sr. Pedro Nunes interveio para dizer que era óbvio que o novo Executivo procurasse rodear-se das pessoas que entende que melhor se adaptam à sua forma de gerir uma nova situação, para a qual foi eleito. Como tal, estava de acordo com o novo organograma, por ter sido entendido como o melhor para se adaptar à nova forma de gestão que se pretende. Quanto aos lugares criados, disse, no total de 10, da carreira de Pessoal Auxiliar, cujo vencimento corresponde ao índice 137, traduzido em números, rondaria os oitenta mil escudos, o que não considera tanto despesismo assim. Por outro lado, pensa que tais lugares e uma vez que a maior parte deles se refere a lugares de cozinheiro, se referem ao alargamento da rede de pré-primárias do concelho. -----

----- O deputado sr. Eng^o. Carlos Monteiro interveio para contestar o facto da sua colega de bancada, Prof^a. Elzita, ter feito uma interpelação ao sr. Presidente da Câmara e a resposta ter sido dada por um elemento da bancada do PSD, porquanto, na sua opinião, todos podiam opinar sobre os assuntos em debate mas as respostas às interpelações deviam ser sempre dadas pelo sr. Presidente da Câmara. -----

----- Também o deputado sr. Dr. José Balugas interveio para dizer que as razões defendidas pelo deputado sr. Pedro Nunes, no tocante à colocação de Auxiliares não eram as melhores, porquanto não via que implicação directa os funcionários com tais categorias pudessem ter no desempenho do sr. Presidente.



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O deputado sr. Pedro Nunes, no uso do direito de resposta, retorquiou que, obviamente, o sr. Presidente não iria precisar de 7 cozinheiros e que, quando falou nos Auxiliares, o tinha feito no âmbito do organograma em geral. Para além disso, frisou que não quis dar qualquer resposta, tanto mais que o sr. Presidente da Câmara estava presente e a ele cabia apresentar as respostas às interpelações feitas e que apenas por estar inscrito para usar da palavra o fez, no sentido de expressar a posição da sua bancada, relativamente ao ponto em discussão. -----

----- Igualmente, no uso do direito de resposta, o deputado sr. Eng^o. Carlos Monteiro disse que, efectivamente, o deputado sr. Pedro Nunes tinha exposto sobre o assunto e tinha mesmo dado resposta, tendo, inclusivamente, trazido à lide o anterior organograma, à cerca do qual, no passado, tinha sido contra. -----

----- Seguidamente, o deputado sr. Pedro Nunes, solicitou à mesa autorização para intervir, no uso do direito de resposta, tendo-lhe sido negada essa possibilidade pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia.--

----- Interveio o deputado sr. Eng^o. Virgílio Cravo Roxo para dizer que, dos lugares criados, sete eram para responder a novas solicitações que a Autarquia enfrenta e três destinavam-se a ajustamentos, simplesmente. Como tal, disse não compreender a atitude dos senhores deputados em, eventualmente, criarem objecções a um ponto que estava lógico. -----

----- O sr. Presidente da Câmara interveio para dizer que não precisava que o defendessem, uma vez que era maior e bem sabia defender-se pelas suas próprias palavras. Disse que a deputada Prof^a. Elzita tinha ali constatado alguns factos que estavam correctos, uma vez que se eliminaram algumas secções que foram englobadas noutras e com isso estava de acordo e achava que era normal. Quanto às vagas criadas, disse que as mesmas se destinavam unicamente a fazer face àquilo que não havia sido legalizado no anterior Executivo, desde logo, a criação de lugares de cozinheiro das Pré-Primárias, as quais estavam já equipadas e para serem colocadas em funcionamento, necessário se tornava que fossem providas do respectivo pessoal. Outra situação, disse, prendia-se com a criação de um lugar de Motorista de Transportes Colectivos, a qual se justificava plenamente uma vez que era intenção do Executivo vigente a aquisição de um autocarro. No que diz respeito ao lugar de Encarregado Geral, explicou que se justificava



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

pela razão de não existir nenhum lugar no quadro. Já no que toca ao Gabinete do Investidor, disse tratar-se de uma opção política, sobejamente justificada, dadas as inúmeras solicitações de investidores que têm manifestado interesse em investir em Mira.-----

----- O deputado sr. Dr. Juan António congratulou-se com a medida tomada pelo Executivo, no sentido da criação do Gabinete do Investidor e fez votos para que viesse a ser uma realidade para que se pudesse potenciar o tecido empresarial local e canalizar para Mira investidores que pudessem potenciar a criação de novos postos de trabalho, criar riqueza em Mira, num concelho com algumas limitações. Deixou, também, um repto ao sr. Presidente da Câmara no sentido de que, como deputado municipal, iria estar atento, no bom sentido, para que o referido gabinete seja uma realidade e funcione em pleno. -----

----- A deputada Profª. Elzita interveio para dizer que tinha ficado esclarecida com a resposta do sr. Presidente da Câmara e que não tinha pedido explicações ao sr. deputado Pedro Nunes, por isso as dispensava. Para além disso, disse que não concordava com a forma de dizer do referido deputado no sentido de que a nova Câmara se devia rodear dos elementos achados mais convenientes, pois entendia que qualquer Câmara se devia rodear de técnicos capazes e de gente competente para desempenhar determinados cargos.-----

----- O sr. Presidente da Mesa da Assembleia usou da palavra para fazer uma intervenção de fundo político, tendo dito que o ponto em análise era dos mais delicados para a discussão, porquanto se tratava de lidar com gente e, lidar com gente, não era propriamente o mesmo que arrumar ou encaixotar. Pelo contrário, supunha colocar as pessoas, na medida do possível, onde elas pudessem dar um contributo válido e não imaginá-las, à partida, como incompetentes; que, era tempo de dignificar os serviços e apostar basicamente na formação profissional e deviam ser criadas condições ao pessoal, começando logo pela criação de espaço, sendo a actual situação indecente e amarfanhante para os funcionários que não têm condições de trabalho para mostrarem a sua valia técnica e muitas vezes são apontados de incapacidade quando não lhes são dadas as condições para trabalharem com dignidade; que, tinha de se apostar seriamente numa organização em condições de se dignificar o trabalho, porque só assim, se alcançaria a rentabilidade desejada, a favor do concelho; que, se estava numa sociedade em constante



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

mutação e se tornava necessário preparar já pessoas para estarem habilitadas a desempenhar outras funções futuras que, certamente, iriam ser solicitadas. Por fim, disse que, esperava que a discussão tivesse incidido mais sobre o facto de se ter mexido com pessoas do que ter-se criado um lugar ou outro. Concluiu, dizendo que a reestruturação proposta era uma “arrumação”, até existirem conhecimentos mais exactos, decorrentes da auditoria, para depois serem seguidos os ditames transmitidos pela empresa da especialidade que daria algumas indicações úteis e iria, eventualmente, requerer algum reajustamento e, quiçá, o recrutamento de pessoas com as capacidades que vierem a ser tidas como indispensáveis para o bom funcionamento da Câmara. Como tal, esclareceu que o assunto tinha sido trazido ali, no pressuposto de que se tratava de reorganização numa fase transitória, a qual poderia ou não tornar-se em definitiva, dependendo do resultado da análise que estava a decorrer. -----

----- Uma vez mais, o deputado sr. Dr. José Balugas disse que o sr. Presidente da Câmara tinha dado as explicações que entendera e, pessoalmente, sentia-se esclarecido; que, tudo o que veio a seguir, designadamente a explanação feita pelo sr. Presidente da Assembleia Municipal, achava que tinha sido a mais; que, achava que todos tinham o direito a expressar a sua opinião e expor os seus pontos de vista, estejam eles certos ou errados, os quais poderiam ou não ser aceites. Por outro lado, disse, o sr. Presidente da Assembleia não devia dizer como devem fazer, se desta maneira ou da outra; que a sua colega de bancada tinha feito uma intervenção, o sr. Presidente da Câmara tinha esclarecido e, sendo assim, não via razão para a intervenção feita pelo sr. Presidente da Mesa. -----

----- Seguiu-se a votação do ponto nº. 9, “Análise, discussão e deliberação da alteração à estrutura e organograma da Câmara Municipal de Mira”, tendo o mesmo sido aprovado com uma abstenção do deputado sr. João Luis Pinho e vinte e um votos a favor, dos restantes senhores deputados presentes. -----

----- **Ponto nº. 10: “ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE MÉRITO EXCEPCIONAL A FUNCIONÁRIOS DA AUTARQUIA”:** -----

----- Abertas a inscrições, usou da palavra, em primeiro lugar, o deputado sr. Engº. Carlos Monteiro que disse não querer pôr em causa a validade da proposta apresentada, por não conhecer as pessoas visadas e apenas queria um esclarecimento, no sentido de ser confirmado se a proposta era fundamentada numa



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

opinião do Chefe da D.A.F., tendo o sr. Presidente esclarecido que não se tratava apenas da opinião do Chefe da D.A.F., mas antes de um trabalho de um conjunto de pessoas, nas quais ele próprio se incluía, tendo havido a preocupação fundamental de que não houvessem funcionários que, de um modo diferenciado, subissem em termos de carreira; que, o que se pretendeu foi que, dentro de todos os funcionários da Câmara Municipal, houvesse uma equivalência em termos de carreira; que, uma das formas encontradas foi a figura do “mérito excepcional” e que todos os funcionários da Câmara, desde o mais baixo ao mais alto na hierarquia, eram merecedores. -----

----- O sr. deputado Engº. Carlos Monteiro referiu que estava esclarecido e que concordava com a explicação dada pelo sr. Presidente; que, o que tinha sido dito pelo sr. Presidente lhe dava razão, no sentido de que as explicações dadas não faziam parte do material distribuído, para além de que achava estranho que o Executivo em apenas 1 mês ou mês e meio de mandato estivesse já a atribuir méritos excepcionais a qualquer funcionário. -----

----- O sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, deputado sr. Carlos Milheiro abordou, também, o facto do Executivo em apenas um mês e meio de gestão ter um conhecimento tão profundo do pessoal ao serviço da Autarquia que levasse à atribuição dos méritos excepcionais, mas que, de qualquer maneira, o assunto tinha o seu voto favorável, por conhecer as pessoas visadas. -----

----- O deputado sr. Pedro Nunes disse que todos estavam esclarecidos e que o assunto merecia a sua concordância e que tudo o que o sr. Presidente da Câmara tinha dito estava traduzido nos documentos, designadamente nos considerando neles contidos. -----

----- Interveio o sr. Presidente da Mesa da Assembleia para opinar que, em vez da atribuição dos méritos excepcionais, seria melhor, no futuro, a criação de um sistema de incentivos, os quais poderão não ser apenas remuneratórios, em que as pessoas sejam avaliadas pela produtividade e pela capacidade de executarem as tarefas que lhe são cometidas. -----

----- Seguiu-se a votação, mediante escrutínio secreto, tendo-se obtido os seguintes resultados: atribuição de mérito excepcional ao funcionário António Augusto da Encarnação Oliveira: **aprovado por unanimidade**; atribuição de mérito excepcional à funcionária Maria de Lurdes dos Santos Maduro:



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

aprovado por maioria, com um voto contra; atribuição de mérito excepcional á funcionária Maria Graciete Marques Caetano Cainé: **aprovado por maioria, com 3 votos contra.**-----

----- **Ponto nº. 11: “ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A ALTERAÇÃO DA POSTURA DE TRÂNSITO NA VIA PÚBLICA”:** -----

----- Sobre o ponto em análise não se verificaram intervenções. Posto o assunto à votação foi o mesmo **aprovado por unanimidade.**-----

----- **Ponto nº. 12: “DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO PROCESSO DA HABITAÇÃO SOCIAL UNIFAMILIAR DE URBANIZAÇÃO DA VIDEIRA NORTE”:** -----

----- Previamente inscrito para falar, interveio, em primeiro lugar, o sr. deputado sr. Pedro Nunes para solicitar que fosse indicada à Assembleia Municipal a composição da Comissão de Análise, face ao respectivo Regulamento em vigor, uma vez que se tratava de uma comissão bastante heterogénea e, em seu entender, seria manifestamente interessante que fosse indicada à Assembleia a relação dos componentes dessa mesma Comissão. Entretanto, foi esclarecido pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia que se tratava da designação, não de um único representante como refere o ponto em análise, mas antes de um representante por cada bancada com assento na Assembleia. Também o sr. deputado Dr. Fernando Regateiro complementou a ideia dizendo que era um representante por bancada e o sr. Presidente da Mesa, ou seu substituto, pelo que a bancada do Partido Socialista propunha o deputado sr. Dr. José Balugas. Pela bancada do PSD, na pessoa do sr. deputado Engº. Virgílio Cravo Roxo, foi indicado o deputado sr. Pedro Nunes. Por sugestão do sr. deputado Engº. Carlos Monteiro, a redacção do ponto nº. 12 da ordem de trabalhos foi alterada para: “*Designação dos representantes da Assembleia Municipal no processo de Habitação Social Unifamiliar de Urbanização da Videira Norte, conforme Regulamento*” -----

----- O sr. deputado Carlos Milheirão apresentou uma questão no sentido de lhe ser indicado pelo representante do Executivo para quando pensava constituir a tal Comissão de Análise e também para



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

quando a atribuição dos lotes, uma vez que era frequentemente abordado por pessoas interessadas e pretendia uma resposta para posteriormente dar as informações que lhe eram solicitadas.-----

----- O sr. Presidente da Câmara, respondendo, disse que, embora o Executivo estivesse em funções há dois meses apenas, sem querer ferir susceptibilidades, teria que se reportar ao anterior Executivo; que, o que era pretendido pelo actual Executivo e tinha sido prometido a residentes na localidade da Praia de Mira que tinham estado presentes na última reunião camarária, era o compromisso de que tudo seria feito para, da forma mais célere possível, o processo ter andamento, com vista a atingir o seu objectivo final; que, existia um problema relativamente à empresa que iria proceder à construção de habitação multifamiliar na Videira Norte, tendo havido um recurso; que, a resposta a esse recurso, tinha sido dada, posteriormente à data de 17 de Dezembro último (dia de eleições autárquicas), tendo o aviso de recepção chegado à Câmara Municipal em 28 de Dezembro de 2001; que, depois de ter consultado o processo, juntamente com alguns técnicos da Câmara Municipal, concluiu que não era tão linear assim o que tinha sido feito, porquanto entendiam que o Município estava a ser prejudicado; que, iria ser feito um levantamento mais exaustivo, tanto mais que o que havido sido dito em termos de entrega de lotes para a habitação, não era correcto; que, se tinham deslocado três pessoas da Câmara ao Porto, ao INH, em que ficou a saber-se que, das reuniões tidas com aquele Instituto, não existia qualquer acta e a resposta que tinha sido dada era que quem trataria com o INH seria a empresa que ganhasse o concurso; que, o processo continha alguns vícios que podiam vir a prejudicar o Município de Mira em centenas ou milhares de contos; que, se escusava de fazer mais comentários e que apenas se pretendia ultrapassar o imbróglcio criado, para o que era imprescindível, também, a indicação dos elementos da Assembleia Municipal.-----

----- O deputado sr. Carlos Milheirão interveio para dizer que havia uma certa confusão na explicação dada pelo sr. Presidente da Câmara, já que o que estava em causa eram os lotes para habitação unifamiliar; que, havia questão litigiosa entre duas empresas, a que ganhou o concurso e outra que se achou prejudicada e interpôs recurso, mas o assunto dizia respeito, tão somente, à construção



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

plurifamiliar; que, as candidaturas apresentadas diziam respeito à construção unifamiliar e que a argumentação apresentada pelo sr. Presidente da Câmara não servia. -----

----- Retorquindo, o sr. Presidente da Câmara disse que, na última parte da sua intervenção, tinha frisado bem que iriam procurar ser o mais céleres possível; que quis historiar um pouco tudo o que se passou com a habitação social e que não era, de todo, o que se dizia na rua; que o assunto nem merecia discussão, resumindo-se, apenas, à designação dos representantes da Assembleia e nada mais. -----

----- O deputado sr. Carlos Milheirão disse que tinha colocado a questão porque era constantemente abordado pelas pessoas residentes na Praia de Mira, interessadas no desenvolvimento do processo e que não tinha questionado o sr. Presidente da Câmara sobre o litígio existente entre duas empresas; que, se o sr. Presidente tivesse respondido apenas que iriam procurar resolver o assunto no mais curto espaço de tempo possível, já ficava satisfeito com a resposta. -----

----- O sr. Presidente da Câmara interveio para dizer que a Assembleia Municipal se tinha mostrado ordeira e tinha dado as explicações que entendia pertinentes e parecia-lhe que queriam fazer um mar agitado quando ele era calmo; que, era intenção de todos que a Assembleia se dignificasse a ela própria e o sr. Presidente da Mesa tinha dado a possibilidade a um deputado de intervir, mesmo depois de ter sido ultrapassado o período de “Antes da ordem do dia”, no qual deveria ter sido feita a intervenção; que, mais democracia não podia haver e que tinha dado todas as explicações julgadas oportunas. O deputado sr. Carlos Milheirão, pediu desculpas por se ter excedido na sua intervenção, tendo as mesmas sido prontamente aceites pelo sr. Presidente da Câmara. -----

----- Tomou a palavra o deputado sr. Dr. José Balugas que disse que bem compreendia a ansiedade do sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, por ele, melhor do que ninguém, saber da necessidade de habitação social naquela freguesia; que, se congratulava com as palavras do sr. Presidente da Câmara, ao afirmar que tudo iria fazer para que o processo tivesse um rápido andamento, uma vez que tinha presente o diploma do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (Decreto n.º 10/2000, que altera o 7/97, de 16 de Janeiro) que diz, no seu artigo 1.º que, se no prazo de 3 anos a contar da data da sua entrada em vigor, não se concretizar o uso do espaço em causa, o mesmo será reintegrado



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

no perímetro florestal de Mira. O sr. Presidente tranquilizou a todos, dizendo que a área estava já ocupada e que iria haver tempo suficiente para que tudo se resolvesse e tal situação não acontecesse.-----

----- O sr. Presidente da Mesa da Assembleia interveio, dizendo que tinha tido o cuidado de consultar as actas da Assembleia Municipal cessante, em que o assunto em questão tinha sido tratado e que, minimamente, concordava com as posições, sob o ponto de vista técnico, com o que se estava ali a fazer; que, achava que se estava a enganar o povo, porquanto ali não se tinha habitação social e, mau seria, se aquilo fosse habitação social; que, não queria aquilo para a sua gente e que estava farto de bairros onde se acasinham pessoas, tipo “pica-pau amarelo” e “casal ventoso”; que, ser pobre não era vergonha , para serem todos encaixotados no mesmo sítio.-----

----- O Dr. Regateiro disse que tudo isso assentava em trabalho prévio, que era meritório e ia seguramente assentar também em trabalho meritório que estava a ser feito naquele momento; que, cada um tem o seu mérito, as divergências que se esgrimiram já tinham sido esgrimidas e, pragmaticamente, tinham que ser eleitos os representantes da Assembleia, pelo que solicitou ao sr. Presidente da Mesa da Assembleia que prosseguisse com o ponto em análise. -----

----- O deputado sr. Pedro Nunes quis saber se as candidaturas aos lotes unifamiliares estavam já em condições de poderem ser analisadas pela comissão. A resposta foi dada pelo sr. Vereador Nelson Teixeira Maltez, presente na sala, o qual, autorizado a intervir disse que, no momento, não estavam reunidas, ainda todas as condições, por dois factores: um deles, prendia-se com a falta de indicação, por parte da Segurança Social, da Técnica que iria integrar o Júri, conforme prevê o respectivo Regulamento; o outro, dizia respeito à elaboração dos relatórios sociais, consoante está definido no mesmo Regulamento e, dado o elevado número de candidaturas, seria necessário algum tempo para executar todo esse trabalho.

----- O sr. deputado Engº. Carlos Monteiro inquiriu ao sr. Presidente da Câmara se o que tinha sido tratado anteriormente constava da ordem de trabalhos da sessão, tendo o sr. Presidente dito que, estando num órgão nobre, não se devia baixar o nível das conversas e que mais não respondia. -----

----- O deputado Dr. Fernando Regateiro disse que achava que não se estava a extremar posições, que tinha sido elevada a discussão e que apenas tinha havido uma falha no sentido de que tal discussão



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

deveria ter ocorrido no período de “antes da ordem do dia”; que, registava com agrado, o facto de ter havido condescendência por parte da Mesa, no sentido de permitir a discussão do assunto, quando o que era suposto era única e simplesmente a indicação dos representantes do Órgão Deliberativo e mais lhe agradava ainda pelo facto dessa permissão ter ido ao encontro das preocupações de alguns elementos da sua bancada; que, todos estavam mais bem esclarecidos e, na sua perspectiva, não estavam a descer de nível e esperava que nunca chegassem a tal ponto. -----

----- o sr. Presidente da Mesa da Assembleia, disse que não dava a palavra a mais ninguém e, de imediato, passou à votação, tendo sido indigitados, **por unanimidade**, os deputados senhores Dr. José Balugas, pela bancada do PS e Pedro Nunes, pela bancada do PSD. -----

----- Seguidamente o deputado sr. Ricardo Rocha Diniz, fez uma intervenção, que disse ser de carácter excepcional, para se congratular pelo facto de estar ali a trabalhar com os demais; que, tinha acabado de perder a sua virgindade parlamentar, na Assembleia Municipal de Mira e que gostaria de dizer que era uma honra trabalhar com todos e esperava aprender muito e ensinar também alguma coisa e servir Mira; que esperava que todos viessem a ser o reflexo da sociedade de Mira e nunca uma caricatura da sociedade. A final desejou a todos um bom trabalho e uma boa legislatura.-----

----- Por último, usou da palavra o sr. Dr. José Balugas para dizer que tinha aprendido uma coisa naquela Assembleia, que era o seguinte: em política havia sempre duas verdades: a sua e dos seus pares e a dos seus opositores, as quais eram vistas sob pontos de vista diferentes e, como tal, não valia a pena estarem a dar lições de moral uns aos outros. -----

----- Tendo sido encerrado o ponto nº. 12 da Ordem de Trabalhos da presente Sessão, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu por terminados os trabalhos, não sem antes solicitar autorização para se proceder à assinatura, em minuta, da acta respectiva, autorização essa concedida por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E, não havendo mais nada a tratar, pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia, foi declarada encerrada a Sessão, sendo dezoito horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Three horizontal lines for text entry, flanked by vertical lines on both sides.